

Educação popular: as pesquisas sobre cursos pré-vestibulares populares e seus educadores

Gabriela Oliveira de Castro¹, Cristhianny Bento Barreiro²

Resumo

A educação popular, como praticada e estudada nos dias de hoje, abarca um amplo leque de modalidades educacionais, o que desvela a importância da educação na sociedade e a permanente necessidade de discussão, pesquisa e fomento dessa política social. Essa pesquisa objetiva analisar os estudos sobre educadores que atuam em cursos pré-vestibulares populares e seus processos de formação. Trata-se de um estudo do tipo estado do conhecimento, em que foram pesquisadas as teses e as dissertações produzidas entre os anos de 2010 e 2020, no repositório da IBICT, a partir dos descritores “educação popular”, “pré-vestibular popular” e “vestibulares populares”. Foram selecionadas oito dissertações, tendo como critérios a indicação no título e/ou no resumo de que a pesquisa aborda a análise acerca das práticas pedagógicas, a representação de si mesmos como educadores voluntários e/ou as percepções dos educadores acerca de seu processo de formação. O processo de formação dos educadores foi considerado no sentido de que muitos são estudantes universitários e utilizam o universo da educação popular dentro do contexto de cursos pré-vestibulares populares para suas primeiras práticas pedagógicas profissionais. Como resultado, aponta-se uma lacuna no fortalecimento das trocas de experiências e reflexões entre educadores acerca de como a educação popular, enquanto um movimento de transformação e emancipação, é percebida por esses sujeitos que trabalham os conteúdos pautados nos certames das maiores Universidades do país.

Palavras-chave

Educação. Educador. Formação.

¹ Mestranda em Educação e Tecnologia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense, Campus Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: gabiolicastro@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil; estágio pós-doutoral na Universidade de Lisboa, Portugal; professora de ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação e Tecnologia Sul-rio-grandense, Rio Grande do Sul, Brasil; líder do Grupo de Estudos Narrativos em Educação (GENE). E-mail: cristhiannybarreiro@ifsul.edu.br.

Popular education: research on popular pre-university courses and their educators

Gabriela Oliveira de Castro³, Cristhianny Bento Barreiro⁴

Abstract

Popular education, as practiced and studied today, encompasses a wide range of educational modalities, which reveals the importance of education in society and the permanent need for discussion, research and promotion of this social policy. This research aims to analyze studies on educators who contribute to popular pre-university courses and their training processes. This is a state of knowledge study in which the thesis and dissertations produced between the years 2010 and 2020 were researched in the IBICT repository, using the descriptors “popular education”, “popular pre-university course” and “popular university entrance exams”. Eight dissertations were selected, having as criteria the indication in the title and/or in the abstract that the research addresses the analysis of pedagogical practices, the representation of themselves as volunteer educators and the educators' perceptions about their training process. The process of training educators was considered in the sense that many are university students and use the universe of popular education within the context of popular pre-university courses for their first professional pedagogical practices. As a result, there is a gap in the strengthening of exchanges of experiences and reflections between educators about how popular education, as a movement of transformation and emancipation, is perceived by these subjects who work on the content based on the exams of the largest universities in the country.

Keywords

Education. Educator. Formation.

³ Master degree student in Education and Technology, Federal Institute of Education, Science and Technology Sul-riograndense, Campus Pelotas, State of Rio Grande do Sul, Brazil. E-mail: gabiolicastro@gmail.com.

⁴ PhD in Education, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; post-doctoral internship at the University of Lisbon, Portugal; teacher of basic, technical and technological education at the Federal Institute of Science and Technology in Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; leader of the Group of Narrative Studies in Education (GENE). E-mail: cristhiannybarreiro@ifsul.edu.br.

Introdução

A educação popular, na perspectiva de educação para o povo, compreende várias iniciativas, desde Educação para Jovens e Adultos, Educação do/no Campo, Educação Não-Formal etc. Este amplo leque de modalidades educacionais abarcado pela educação popular desvela a importância da educação na sociedade e a permanente necessidade de discussão, pesquisa e fomento dela, enquanto política social.

Para que muitos projetos sociais e educacionais sejam desenvolvidos, a figura do educador popular surge como o mediador de culturas, de conflitos, enfim, o mediador de processos dialógicos. Na perspectiva das organizações e coletivos sócio populares, é salutar que as idiosincrasias dos educadores populares sejam conhecidas e entendidas, pois considera-se que “o educador popular tem uma origem, um local de nascimento, uma trajetória própria, em suma, uma história idiosincrática que lhe confere uma identidade singular que o distingue dos demais educadores” (ROMÃO, 2010, p. 1).

Dessa forma, essa pesquisa objetiva analisar as pesquisas sobre educadores que atuam em cursos pré-vestibulares populares e seus processos de formação. As contribuições à formação dos profissionais da educação advêm dos diversos espaços educativos onde atuam, sejam espaços formais, não-formais ou informais, como também das experiências pessoais e acadêmicas. Nos cursos pré-vestibulares populares, caracterizados pela educação não-formal, os educadores estão inseridos num processo de autoformação permanente, no qual a reflexão acerca das práticas conduz a ações transformadoras. A vivência dos educadores em movimentos em defesa da educação pública, como os espaços da educação popular, tende a ampliar suas formações críticas e a fortalecer o compromisso com a transformação social.

A próxima seção explicita o tipo de metodologia utilizada nesta pesquisa, seguida de uma seção descritiva acerca dos estudos acadêmicos encontrados. Na sequência, os resultados e as discussões concernentes ao tema são apresentados, seguindo-se das reflexões finais com as devidas contribuições a que esta pesquisa se propôs.

Metodologia

Buscando analisar as pesquisas sobre educadores que atuam em cursos pré-vestibulares populares e seus processos de formação, essa pesquisa analisou os estudos acadêmicos que ocorreram no período entre os anos de 2010 e 2020. A metodologia utilizada no estudo é do tipo estado do conhecimento. Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021)

afirmam que este tipo de metodologia está sendo cada vez mais utilizada na análise do estado corrente das pesquisas em suas referidas áreas de conhecimento. O estado do conhecimento, segundo Morosini (2015), consiste na “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, tese, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI, 2015, p. 102).

As publicações para o estado do conhecimento foram selecionadas a partir da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que é desenvolvida e coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Utilizando-se os descritores “educação popular”, “pré-vestibular popular” e “vestibulares populares”, por meio da busca avançada, no período dos anos 2010 a 2020, em que todos os campos foram selecionados para a pesquisa. A busca teve como resultado 34 publicações, sendo 30 dissertações e quatro teses, pertencentes a 17 instituições de ensino superior distintas (FIGURA 1). É importante salientar que os descritores “educador”, “educadores” e “práticas”, e “percepções” não foram utilizados por restringirem muito a busca pelas publicações.

Figura 1 – Lista de instituições das 34 publicações

Instituições ▲	
UFRGS	9
UFSCAR	4
PUC_RIO	3
UERJ	2
UNESP	2
UNISINOS	2
USP	2
UFFS	1
UFG	1
UFPEL	1
UFS	1
UFSC	1
UFV	1
UNB	1
UNICAMP	1
UNIFESP	1
UNIOESTE	1

Fonte: BDTD (2021).

Nesse sentido, das 34 publicações selecionadas na busca avançada inicial, após a análise dos títulos, restaram 15 pesquisas pré-selecionadas, cujos resumos foram acessados e lidos. Por fim, oito dissertações foram selecionadas para a construção do estado do conhecimento, tendo como critérios a indicação no título e/ou no resumo de que a pesquisa aborda a análise acerca de práticas pedagógicas, a representação de si mesmos como educadores voluntários e/ou as percepções de educadores acerca de seu processo de formação.

Na próxima seção, os estudos selecionados são brevemente descritos, buscando construir uma inter-relação entre os temas neles abordados e discutidos e o interesse da pesquisa: os educadores populares.

Educação popular: cursos pré-vestibulares populares e educadores

O modo como os educadores percebem seu trabalho voluntário está intrinsecamente ligado às concepções pedagógicas, pessoais e, para alguns, políticas. Segundo Brandão e Fagundes (2016), como seres sociais e políticos, a partir do reconhecimento da existência de conhecimentos e culturas, a organização de uma outra proposta de educação democrática, para além da lógica dominante, é possível. Desse modo, as publicações que abordam as práticas educativas e sua reflexão com o ensinar no campo empírico de um curso pré-vestibular popular foram selecionadas para análise nesta pesquisa. O processo de formação dos educadores foi considerado no sentido de que muitos são estudantes universitários e utilizam o universo da educação popular dentro do contexto de cursos pré-vestibulares populares para suas primeiras práticas pedagógicas profissionais.

Almeida (2010), em sua pesquisa, discute a questão de que os cursos pré-vestibulares populares, além de complementarem a educação dos estudantes provenientes do ensino público sem condições de arcar com os custos de um curso privado, também servem como espaços para a prática pedagógica de estudantes universitários e recém-formados.

A busca pela transformação social, a educação como ato político, a valorização do conhecimento prévio dos sujeitos, a elaboração de uma consciência crítica sobre si e sobre o mundo são alguns dos legados de Paulo Freire (1987), autor citado no referencial teórico da pesquisa de Almeida (2010), que orientam os princípios da educação popular. Como um movimento popular, o autor expõe os valores gerados pela produção de uma iniciativa popular, citando como os principais: a solidariedade, a autogestão, as ações voltadas para o coletivo, e as ações culturais e educativas. Referenciando os estudos de Gohn (2008), Almeida (2010) ilustra a mudança dos objetivos da educação popular, que até os anos 1970 e

1980 estava mais centrada na militância política e na transformação social, e, a partir dos anos 1990, passa a se centrar no empoderamento para a sobrevivência individual ou de pequenos grupos da comunidade.

O autor reflete acerca dos desafios que os educadores enfrentam nos cursos pré-vestibulares populares, o dilema da obrigatoriedade de vencer os conteúdos pedagógicos a fim de preparar os estudantes para os certames e a prática de uma educação emancipadora, objetivando a formação de cidadãos críticos. O Estado, por meio da educação, mantém e difunde o conhecimento tradicional e o controle social, perpetuando a ideologia e a cultura hegemônicas. Os cursos pré-vestibulares acabam repetindo esses ideários, no sentido de prepararem os estudantes para os certames, a fim de que se formem, adquiram uma profissão e se tornem consumidores. O autor reconhece este dilema, no entanto, exemplifica que os cursos populares difundem “conhecimentos que permitam aos alunos desvelar os processos de exploração e exclusão que os põem em condição social desfavorável na sociedade, forjando assim uma consciência livre” (ALMEIDA, 2010, p. 24).

O debate acerca da teoria e da prática é evidenciado nas considerações finais, em que os conhecimentos e as experiências dos docentes foram construídos ao longo de suas trajetórias pessoais e profissionais. No entanto, “esses docentes demonstram também uma certa indiferença quanto à discussão da dimensão teórica e de formação” (ALMEIDA, 2010, p. 98), conforme conclui o autor.

Assim como na pesquisa de Almeida (2010), as práticas de ensino desenvolvidas pelos educadores populares também são abordadas na pesquisa de Santos (2011). As diferentes vivências desta pesquisadora, como discente e coordenadora pedagógica de um pré-vestibular popular da Secretaria Estadual da Educação de Sergipe, financiado pelo Governo do Estado, e como professora do ensino regular, fizeram com que a autora se questionasse acerca das práticas de ensino desenvolvidas pelos educadores populares.

A autora demonstra que o ensino superior, desde sua institucionalização no país, serviu às elites, tanto para a implantação de um projeto específico de sociedade como também para a manutenção do poder e controle das mobilizações sociais. Com o surgimento da União Nacional dos Estudantes⁵ (UNE), em 1942, “os estudantes universitários já demonstravam insatisfação com os rumos que tomava o ensino superior brasileiro” (SANTOS, 2011, p. 22).

⁵ UNE: entidade máxima dos estudantes brasileiros, representa cerca de 6 milhões de universitários de todos os 26 estados e do Distrito Federal. Os estudantes se organizam em entidades representativas como DA (Diretórios Acadêmicos), CA (Centros Acadêmicos), DCE (Diretórios Centrais), uniões estaduais de estudantes e executivas nacionais de cursos. A união destas organizações forma, há mais de 70 anos, a UNE.

Os cursos pré-vestibulares populares foram criados à guisa de equalização das condições de acesso ao ensino superior. As ações afirmativas se subdividem em dois eixos principais: políticas de acesso e políticas de permanência; neste sentido, os cursos pré-vestibulares populares, quando institucionalizados, incluem-se no eixo das políticas de acesso, mostrando-se um dos importantes instrumentos no combate à desigualdade. Conforme Santos (2011, p. 28-29), “as ações afirmativas, enquanto política pública, não se devem limitar a atingir sua função primeira: garantia de igualdade de oportunidades, mas criar instrumentos que possam provocar uma mudança na base da sociedade”.

Na continuidade da sua pesquisa, a autora apresenta as formas de ingresso ao ensino superior desde o século 19, em que apenas “a elite tinha acesso à educação superior no Império” (SANTOS, 2011, p. 34). Com a evolução e as mudanças do mundo e, conseqüentemente do país, de Colônia à República, algumas reformas educacionais foram aprovadas, com a introdução de exames vestibulares nos quais estudantes de todas as classes sociais poderiam aplicar.

O debate acerca de uma possível queda no nível de conhecimento dos estudantes ingressantes em função da expansão de vagas e abertura do ingresso a pessoas de todas as origens sociais, e, atualmente em razão das políticas de reservas de vagas, foi sempre suscitado ao longo da história do nosso país. Segundo Santos (2011), este debate demonstra que “as ações afirmativas causam um impacto político e econômico” (SANTOS, 2011, p. 38), que parecem indicar que não há a intenção de que as classes populares tenham representatividade no debate político e tampouco façam uso dos recursos públicos alocados para a educação superior.

A autora conclui que a prática de ensino no curso pré-vestibular em questão apresenta uma relação de dependência com os conteúdos pautados nos certames de ingresso ao ensino superior. Santos (2011, p. 85) adiciona que fica explícito “que os conteúdos a serem revisados ou ensinados no cursinho⁶ são definidos, principalmente pelas universidades de maior concorrência, neste caso, a UFS”. Considerando esta especificidade metodológica, os professores citam os encontros mensais no curso como ambientes para trocas e reflexões, caracterizando-se como um espaço de formação continuada.

A pesquisa de Mendes (2011) traz como principal objetivo a colaboração no debate sobre o papel dos cursos populares na realidade educacional brasileira, refletindo se os cursos representam projetos de inclusão social ou se são capazes de construir novas relações de

⁶ Cursinho – termo utilizado por Santos (2011).

emancipação. A pesquisa utiliza a metodologia do estudo de caso, em que a unidade da pesquisa empírica é o Cursinho⁷ Chico Mendes, localizado no município de Itapevi, na Grande São Paulo.

O vestibular classificatório, conceito que descartava os “excedentes”, pois a partir daquele momento só seriam classificados os que estivessem dentro das vagas ofertadas pelo curso superior e não mais todos que atingissem a nota mínima na prova, adotado no final dos anos 1960, explica a abertura de diversos cursos pré-vestibulares. Soma-se a esta mudança a total falta de compasso entre o conteúdo exigido nos vestibulares e o ensino no colegial – que depois teve sua nomenclatura alterada para 2º Grau e atualmente é denominado Ensino Médio). No entanto, é a partir dos anos 1990 que os cursos populares se multiplicam. Segundo Mendes (2011), a expansão da oferta do ensino médio e a Teoria do Capital Humano, de Theodore Schultz, que postulava que “quanto mais tempo de formação escolar, maiores as chances de obtenção de um emprego” (MENDES, 2011, p. 42), elevaram a procura pela continuidade da educação, conseqüentemente acirrando a concorrência nas instituições públicas.

A autora discute a rotatividade entre os educadores e as diferentes relações encaradas por eles em relação ao curso, apontando os voluntários, os militantes e os passageiros. Os que estão ali em prol da transformação de determinada realidade são os que se identificam como militantes, alguns se enxergam como voluntários e outros são os passageiros, normalmente estudantes universitários em busca de experiência pedagógica e certificados. Dentre todos os desafios enfrentados pelos educadores, Mendes (2011) aponta que o maior deles é romper com a lógica de que a universidade não é o lugar das classes populares: “é o primeiro passo no sentido de que as classes populares ocupem a universidade, entendendo-a como *coisa pública*” (MENDES, 2011, p. 48, grifo da autora).

Os cursos pré-vestibulares populares que fazem parte de movimentos sociais buscam construir projetos individuais e coletivos. Esta concepção é apontada durante as entrevistas semiestruturadas com os professores. Segundo a autora, “a concepção da maioria dos professores sobre o que seria um cursinho⁸ popular exige, como condição de coerência, a luta por transformar a realidade para além do plano individual” (MENDES, 2011, p. 90). O fato de o curso da pesquisa em questão fazer parte da Rede Emancipa, caracterizada como um movimento social, corrobora o trabalho realizado no espaço para além da aprovação no vestibular.

⁷ Cursinho – termo utilizado por Mendes (2011).

⁸ Cursinho – termo utilizado por Mendes (2011).

Na conclusão de sua pesquisa, a autora discute questões que perpassam outras publicações sobre a temática da educação popular. Uma delas sendo a não necessidade da existência dos cursos pré-vestibulares populares como um objetivo a ser alcançado quando todos os interessados tiverem a oportunidade de acessar a universidade sem precisar enfrentar certames classificatórios para o ingresso. Mendes (2011) adiciona que a troca do vestibular pelo ENEM não é a solução, pois a mesma lógica de segregação seria mantida, permanecendo a hegemonia das classes que detêm um acesso maior à educação e à cultura.

A pesquisa de Assis (2016) busca a identificação do processo de constituição do Pré-Vestibular Comunitário Pompeia Santo Agostinho, além da compreensão das motivações, influências e referências de seus precursores. Assis (2016) traz a informação que a maioria dos docentes dos pré-vestibulares populares e comunitários é ainda universitária e utiliza o espaço dos cursos como estágio de docência antecipado, tornando-se, nesse contexto, “um espaço privilegiado de formação de professores” (ASSIS, 2016, p. 16) e educadores populares.

Contextualizando a difusão dos cursos pré-vestibulares populares, o autor esclarece que um dos cursos precursores, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes, favoreceu o surgimento dos “*novos movimentos sociais*” (ASSIS, 2016, p. 31, grifo do autor) a partir do ano 1990 por “apresentar novas formas de organização e por acrescentar novas reivindicações às demandas históricas” (ASSIS, 2016, p. 31).

Esclarece, também, que a Igreja Católica, sobretudo os grupos ligados à Teoria da Libertação⁹, por meio das Comunidades Eclesiais de Base, voltaram seus trabalhos e ações às questões e condições sociais do povo mais necessitado, fomentando a discussão acerca da importância dos movimentos sociais e da luta contra as desigualdades.

Durante suas entrevistas, o autor pontua que o trabalho voluntário dos educadores é motivado tanto por questões de solidariedade quanto pelo viés da militância política. Muitos dos educadores são ex-alunos do curso que acabam se engajando no trabalho voluntário por gratidão, pelos laços afetivos criados e mantidos pela formação cidadã oferecida juntamente

⁹ A Teoria da Libertação foi descrita pelos seus proponentes como uma reinterpretação analítica e antropológica da fé cristã em relação aos problemas sociais e a situação política, econômica e social da América Latina e do Caribe durante os regimes ditatoriais. Outros fatores impulsionadores da Teoria foram o desenvolvimento do marxismo como instrumento de análise social e mudanças no âmbito da Igreja Católica, como a experiência de uma pedagogia que ajudou na busca de uma compreensão crítica da realidade e impulsionou uma ação transformadora; a realização do Concílio Vaticano II, entre 1962-1965 e a busca de diálogo da Igreja com o mundo moderno; a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia, ocorrida na vigência dos regimes militares; e o enfrentamento dos regimes militares por parte dos bispos, quer por meio das conferências episcopais nacionais, quer por bispos isolados, como Dom Hélder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Oscar Romero, entre outros.

aos conteúdos protocolares, pelo apoio e incentivo de toda uma rede. Algumas pessoas tidas como lideranças foram “citadas pelos entrevistados e tornaram-se referências dos professores voluntários, devido à forma como eles atuavam no PVC, e esta conduta fazia o efeito de agentes mobilizadores de voluntários para a causa do CPVCPSA” (ASSIS, 2016, p. 68). Tais referências foram extremamente importantes para a participação e capacitação dos educadores, bem como para a manutenção e consolidação do curso.

Na conclusão de sua pesquisa, Assis (2016) destaca que os precursores do projeto mudaram a perspectiva de vida dos estudantes, de suas famílias e da comunidade em que está inserido, sempre em prol de uma transformação social. O sentimento de pertencimento à paróquia e à região onde ela está localizada é apontado como um importante fator para a realização e o sucesso do trabalho.

A compreensão acerca da articulação entre a educação não formal e os cursos de licenciatura no tocante à formação inicial para a docência dos estudantes universitários foi o problema que orientou a pesquisa de Gomes (2017). Dessa forma, as características da educação formal, não formal e da educação popular foram elencadas a fim de explicitar a inclusão do Alternativa como tal espaço. A educação não formal, além de ocorrer “fora do sistema oficial de ensino” (GOMES, 2017, p. 30), também tem como premissas a prática social e o trabalho coletivo, tendo, ainda, mais flexibilidade de acordo com a demanda dos educandos. Nesse sentido, a educação não formal aproxima-se da educação popular como um espaço alternativo que objetiva a “emancipação social das classes populares” (GOMES, 2017, p. 30), valorizando os saberes e os conhecimentos populares. Por outro lado, a educação formal apresenta preceitos hierárquicos e burocráticos, devendo ser administrada conforme as leis vigentes às quais está submetida, por exemplo, legislações municipais, estaduais ou federais.

“Da práxis decorre a transformação da realidade, que depende da reflexão da prática seguida da ação transformadora” (GOMES, 2017, p. 39). No espaço da educação popular, a práxis se mostra como um processo de autoformação contínuo e constante. A autora pontua que o processo formativo dos profissionais da educação sofre contribuições tanto dos diferentes espaços educativos em que atuam quanto das experiências pessoais, acadêmicas e profissionais. Desse modo, “o diálogo promove um duplo movimento formativo, tanto o educador ensina o educando quanto o educando ensina o educador” (GOMES, 2017, p. 40).

Baseada em pressupostos teóricos de Jaime Zitkoski (2000), a autora relaciona a educação popular aos movimentos sociais nas questões da luta pela dignidade humana, o que

inclui entre outras pautas: a educação, as questões de gênero e étnico-raciais. O compromisso com a transformação social e a formação crítica são fatores presentes na educação popular.

Analisando os relatos dos educadores que participaram dos grupos focais, a autora cita a aquisição de múltiplas aprendizagens adquiridas ao longo do trabalho voluntário no curso: “Tais aprendizagens não se restringem ao campo acadêmico nem profissional, abrangem ainda aprendizagens pessoais e que transcendem a experiência acadêmica e incluem também aspectos ligados a engajamento político” (GOMES, 2017, p. 84). O engajamento na luta por demandas estudantis e uma reflexão acerca da militância política em defesa da educação pública e gratuita foram elementos mencionados pelos educadores.

Enquanto Gomes (2017), em seu estudo, reflete acerca da articulação entre a educação não formal e os cursos de licenciatura, Martins (2018) aborda a vinculação de estudantes universitários a projetos de extensão universitária, que contribuem para uma formação integral mais humana. Utilizando o estudo de campo, a análise documental e as entrevistas, Martins (2018) analisa as contribuições no processo formativo de professores-alunos¹⁰ do Pré-Vestibular Popular Esperança Popular da Restinga¹¹.

O curso surgiu de uma parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Deste modo, visitas ao Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-reitoria de Extensão foram realizadas a fim de viabilizar um melhor entendimento da relação universidade e sociedade, como também verificar registros históricos e para realizar entrevistas. Outro espaço visitado para a realização das entrevistas e observação fenomenológica foi o próprio curso, no bairro Restinga, onde as práticas pedagógicas foram construídas.

A autora sintetiza a função social da universidade, que, com as políticas de inclusão, acesso e permanência no ensino superior, está consolidando sua relação com as comunidades:

Com a democratização do acesso é possível construir conhecimento na ótica dos povos tradicionais, das comunidades ribeirinhas e afrodescendentes, por exemplo, trazendo a riqueza e sabedoria que estes sujeitos carregam em si e sua capacidade de transformar a sua realidade, de sua comunidade, do povo,

¹⁰ Nomenclatura utilizada por Martins (2018) para definir os estudantes universitários que atuam como professores no curso.

¹¹ Bairro populoso localizado no extremo-sul da cidade de Porto Alegre, distante 22 km do centro da cidade. O rendimento médio dos trabalhadores é de 2,10 salários-mínimos e o bairro é um dos que mais concentram a população negra da cidade. PORTO ALEGRE (RS). Restinga / Extremo Sul. In: CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 8., 2019, Porto Alegre, RS. **Anais** [...]. Porto Alegre: CMS: SMS/POA, 2019. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/8a-conferencia-municipal-de-saude/restinga-extremo-sul>. Acesso em: 20 jun. 2022.

através da junção do seu conhecimento com outros adquiridos no campus. (MARTINS, 2018, p. 43).

Diante desse processo de democratização, Martins (2018) adiciona que é importante que a universidade vá “além do preparo técnico-profissional e da formação de pesquisadores competentes” (MARTINS, 2018, p. 51), na medida em que esteja também preocupada e engajada na formação de cidadãos e cidadãs conscientes e capazes de transformar a realidade.

Seguindo os preceitos de Paulo Freire, a autora fala sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas escolas a partir de práticas democráticas e exercício crítico para o desvelamento da realidade, em que a mudança social é construída com o “protagonismo dos saberes leigos, tradicionais, urbanos, camponeses, ou mesmo provindos da cultura não ocidental, como indígenas, africanos e orientais” (MARTINS, 2018, p. 54).

A educação, em especial a educação superior, como um direito universal, conforme consta na Constituição Federal de 1988, é abordada pela autora como um direito de escolha dos estudantes e não um privilégio para poucos, para os que frequentaram as melhores escolas e pagaram os melhores cursos preparatórios. “Esse acesso deveria ser apenas uma escolha dos estudantes e trabalhadores, pois o acesso como direito e com qualidade e gratuidade também estaria incumbido à educação, direito que não deveria ser um privilégio como tem sido no Brasil” (MARTINS, 2018, p. 56).

A educação popular se pauta pelos saberes daqueles que vivem na comunidade, de tal forma que a realização do projeto Pré-Vestibular Popular Esperança Popular da Restinga dentro da própria comunidade fornece “subsídios para fazer a universidade entender melhor seu papel. É plantar uma semente para que a comunidade possa um dia entender que pertence e é protagonista nesse processo” (MARTINS, 2018, p. 84).

A pesquisa de Freitas (2020) aborda de que forma a vivência em cursos populares afeta a trajetória profissional dos docentes. O autor utiliza a pesquisa narrativa para estudar as histórias de vida dos docentes que lecionam a disciplina de Biologia, buscando “analisar as experiências dos participantes em cursinhos¹² populares e sua interpretação sobre tais vivências à luz de sua atuação profissional” (FREITAS, 2020, p. 40). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas.

Os docentes dos cursos pré-vestibulares populares desempenham importantes e diferentes papéis, desde o ensino da disciplina até a gestão do espaço de educação não-formal, inserindo também pautas para uma formação cidadã e emancipatória. Em que pese a colaboração e a abertura das universidades aos cursos populares, nem todas os apoiam

¹² Cursinho – termo utilizado por Freitas (2020).

abertamente. Freitas (2020) demonstra, por meio das falas dos professores entrevistados, que as universidades têm ciência da existência dos cursos, porém não demonstram interesse na permanência ou crescimento dos coletivos pelo fato de a educação superior ainda sustentar a hegemonia branca elitista.

No capítulo em que o autor analisa as entrevistas realizadas, o envolvimento e a preocupação dos educadores com os estudantes se fazem presentes, o que é uma marca dos cursos populares e um ponto de pauta sempre presente nas reuniões, fazendo com que se reflita e discuta acerca das práticas pedagógicas.

Freitas (2020), em suas considerações finais, conclui que o trabalho voluntário nos cursos populares desempenha um importante papel na trajetória profissional dos professores de Biologia. A pesquisa narrativa do autor aponta que alguns professores optam por trabalhar com a educação pública, após a experiência em um curso popular, e outros, mesmo trabalhando em espaços privados, procuram dialogar com seus estudantes acerca dos privilégios que possuem por pertencer à classe média.

Simão (2020) aborda, dentre vários aspectos acerca dos pré-vestibulares populares organizados dentro de universidades públicas no estado de São Paulo, as práticas pedagógicas e a formação de professores de tais movimentos sociais em uma das seções do seu estado da arte. Os principais pontos levantados por Simão (2020) acerca da formação e práticas pedagógicas dos educadores foram que a orientação pedagógica ainda não é uma prática institucional nos cursos; que os educadores participam ativamente da gestão e organização dos projetos, extrapolando o espaço da sala de aula; que as reuniões pedagógicas são espaços de aprendizagem; que educadores que receberam formação em relação à temática étnico-racial e a diversidade tendem a realizar atividades político-pedagógicas no combate ao racismo, e a valorização da cultura negra; que os graduandos atuam nos cursos em busca de experiência em sala de aula e posterior entrada no mercado de trabalho; que outros graduandos se engajam nos movimentos pela atuação política, movidos pelas teorias freirianas e marxistas.

Um breve histórico da extensão universitária brasileira é desenvolvido a fim de que se delineie e compreenda o caráter social das universidades, partindo-se da base teórica de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos. O autor aponta que a extensão universitária se consolida, entre as décadas de 1960 e 1970, como uma política assistencialista, resultado das lutas do movimento estudantil durante o regime militar e, assim, passa a ser objeto de conscientização das classes populares sobre seus direitos.

Por meio do estudo do desenvolvimento da extensão universitária no país, o autor esclarece que no final da década de 1980 os conhecimentos acadêmicos e populares passam a ser valorizados e vemos neste momento uma “ação institucional voltada para o atendimento das organizações e populações” (SIMÃO, 2020, p. 43). Em que pese todas as significativas mudanças no cenário universitário, com as contribuições da extensão, Simão (2020) traz a importante reflexão acerca da hegemonia do conhecimento universitário em detrimento às reais demandas sociais da população. No entanto, para o bem e para o mal, a universidade é um reflexo das mudanças políticas e sociais, e, a partir dos anos 2000, a valorização dos saberes populares passa a ser mais discutida, estudada e aplicada junto às comunidades, estabelecendo-se uma dialogicidade entre os saberes da academia e os saberes populares. Conforme Freire (1987) nos ensina: “Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes” (FREIRE, 1987, p. 68).

O levantamento dos dados que possibilitaram a identificação dos cursos pré-vestibulares que desenvolvem atividades nas universidades foi, primeiramente, realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de análise documental. A coleta de dados teve como objetivo informações acerca do processo seletivo, número de professores (discentes), número de bolsistas, número de egressos aprovados nos vestibulares públicos e particulares, e a identificação de parcerias entre os cursos e outras entidades. Após o mapeamento, os cursos populares e as pró-reitorias de extensão que mantêm vínculo com os cursos foram contatadas via e-mail pelo pesquisador.

Resultados e Discussão

Analisando-se os pontos de convergência e divergência entre as pesquisas, percebe-se que algumas questões problemáticas perpassam a maioria dos cursos pré-vestibulares populares, independentemente de sua localização geográfica ou institucionalização. A educação popular, conforme entendida por Freire (2005), traz consigo o esforço da mobilização, da organização e da capacitação das classes populares. Em que pese todos os reveses enfrentados pelos educadores, verifica-se que a esperança e a utopia são alimentadas em prol de uma educação inclusiva e igualitária.

A pesquisa de Assis (2016) registra a necessidade da manutenção e criação de mais cursos populares ou comunitários, o que vai de encontro ao defendido por outros pesquisadores que militam pelo fim dos cursos populares à medida em que se possa alcançar a inclusão de todo estudante que deseja frequentar um curso universitário gratuito ou com os

custos mantidos pelo governo ou por empresas privadas. Mendes (2011) defende em sua pesquisa uma situação ideal em que não se tenha mais a necessidade da existência de cursos pré-vestibulares populares, momento em que a educação superior atinja um patamar de pluralidade e inclusão.

A aproximação e a integração da universidade nas iniciativas de educação popular, por meio da Extensão Universitária, são efetivadas com uma cultura dialógica e comunicacional, reconhecendo-se as demandas, as expectativas e as diversidades dos setores populares (FREIRE, 2010). A formação de professores (estudantes universitários) e a vinculação dos cursos pré-vestibulares populares a programas de extensão das universidades são temas desenvolvidos por Martins (2018) e Gomes (2017). Ambas as autoras analisam a contribuição dos cursos pré-vestibulares populares na formação de estudantes de licenciaturas, que acabam por atuar voluntariamente ou com a percepção de bolsas de extensão nos projetos e igualmente vivenciam uma autoformação cidadã e humana.

A reflexão acerca do potencial formativo presente nos espaços ocupados pelos cursos pré-vestibulares populares é uma das questões abordadas por vários pesquisadores, como Martins (2018), Gomes (2017) e Freitas (2020). Nessa linha, Freitas (2020) também apresenta de que forma a vivência em cursos populares afeta a trajetória profissional dos docentes.

O campo empírico da maioria das pesquisas se caracterizou nos espaços dos cursos pré-vestibulares populares, no entanto, um dos pesquisadores, Freitas (2020), realizou a pesquisa com professores da mesma disciplina (Biologia), porém de diversos cursos pré-vestibulares distintos. A escolha de Freitas (2020) está fundamentada no fato da possibilidade dos professores de uma mesma área carregarem semelhanças em função de sua formação. No entanto, o fato de pertencerem a redes de educação popular diferentes suscita a chance de se encontrar narrativas heterogêneas. Diferentemente de Freitas (2020), as pesquisadoras Santos (2011) e Mendes (2011) utilizaram como campo empírico os cursos pré-vestibulares em que estavam atuando ou que haviam atuado anteriormente.

O aspecto do sentimento de pertença e da amizade entre os educadores é claramente observado nas narrativas analisadas pelo autor, assim como citado igualmente na pesquisa de Almeida (2010). Freitas (2020) e Mendes (2011) discutem que uma entre tantas dificuldades na manutenção de um curso popular é a rotatividade dos educadores, que, sem receberem uma remuneração, acabam por se desligar do movimento por necessidade de maior tempo livre para os estudos ou mesmo para um trabalho remunerado.

Freitas (2020) e Assis (2016) abordam os sentimentos de solidariedade e filantropia como causas iniciais ao se engajarem nos movimentos, no entanto, ao longo do trabalho,

compreendem que nem todos os estudantes alcançarão boas médias para aprovação nos certames e “percebem que se trata de um dever ligado à busca pelo direito à educação” (FREITAS, 2020, p. 63) e ao exercício da cidadania.

Da mesma maneira que Almeida (2010) reflete acerca dos preceitos de sujeito/identidade de Stuart Hall, Freitas (2020) também se vale do mesmo autor para refletir acerca da cultura e sua própria compreensão sobre a cultura docente. O autor percebe que o trabalho do professor não necessariamente está vinculado a um valor econômico: “o trabalho docente se faz também a partir de práticas que constituem suas identidades mesmo sem necessariamente haver remuneração profissional” (FREITAS, 2020, p. 75).

Simão (2020), assim como outros pesquisadores, como Almeida (2010), Gomes (2017) e Martins (2018), observa que os educadores voluntários desenvolvem uma grande base teórica e prática, o que contribui para melhorar suas formações acadêmicas e profissionais. A relevância dos cursos populares como espaços de formação e desenvolvimento docente para graduandos e pós-graduandos é claramente evidenciada pelo engajamento dos docentes, não somente nas aulas, mas também nas atividades burocráticas e pedagógicas dos projetos (SIMÃO, 2020). Freire (1992) cita que os níveis de engajamento, mobilização e organização estão relacionados à clareza política na leitura do mundo, leitura voltada para a defesa dos direitos e para a reivindicação da justiça.

Os projetos e programas vinculados à extensão universitária desempenham não apenas um papel fundamental na inserção de estudantes das classes populares na universidade, mas também desenvolvem um pensamento crítico acerca da defesa de políticas públicas voltadas ao acesso e permanência desses estudantes no ensino superior (SIMÃO, 2020). Corroborando as reflexões de Simão (2020), Gomes (2017) salienta a importância da institucionalização dos cursos pré-vestibulares populares como projetos de extensão. Concessão de bolsas de extensão para os membros da coordenação, direito ao desconto na passagem do transporte público para educadores e estudantes, impressão gratuita de materiais de divulgação e didáticos na gráfica da Universidade foram algumas das conquistas que se tornaram viáveis com a institucionalização do curso pesquisado pela autora.

Reflexões finais

O acesso das classes populares aos bancos escolares do ensino superior muda a forma de se produzir conhecimento na medida em que a elitização do ensino é questionada e uma

nova forma de se enxergar o mundo começa a ser pensada e refletida desde os cursos populares.

Considerando que alguns educadores estão no início da trajetória profissional, percebe-se que a formação cidadã citada em muitas pesquisas não se limita apenas ao aprendizado dos estudantes. Desta forma, as formações desempenham um papel importantíssimo, no sentido da construção de epistemologias e na desconstrução de paradigmas.

Além do objetivo maior que é a aprovação e o acesso ao ensino público superior gratuito, a cidadania, a solidariedade e o sentimento de união estão presentes dentro destes espaços por meio do trabalho coletivo, da dialogicidade, da problematização da realidade, do esperar, da superação das condições de opressão, do desenvolvimento de práticas pedagógicas formativas, dentre outros.

A expansão dos cursos pré-vestibulares populares e o elevado contingente de educadores populares têm gerado muitas pesquisas e trabalhos acadêmicos, desde Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) até dissertações e teses. Os problemas e perguntas levantados pelos pesquisadores demonstram que esse campo empírico vislumbra um amplo potencial formativo para todos os envolvidos no processo, principalmente os estudantes universitários.

Percebe-se que as pesquisas informam que as trocas e as reflexões entre os educadores são realizadas, de maneira geral, em reuniões mensais. No entanto, o que ficou caracterizado é que assuntos diversos são pautados nesses encontros, desde a situação econômico-financeira do país, algum ajuste nos horários das disciplinas até a definição de conteúdo em conversas paralelas entre educadores da mesma disciplina, restando pouco ou nenhum espaço para trocas ou reflexões acerca da educação popular como um movimento transformador.

A partir desta pesquisa, observa-se a necessidade de fortalecimento das trocas de experiências e reflexões entre educadores, além do aprofundamento acerca de como a educação popular, enquanto um movimento de transformação e emancipação, é percebida por esses sujeitos.

O quantitativo de pesquisas encontradas sugere, também, a necessidade de ampliar as investigações acerca de problemas atinentes aos cursos pré-vestibulares populares e, de forma mais ampla, à educação popular, uma vez que se trata de uma epistemologia potente para a produção de uma educação que conduza a uma transformação social direcionada à participação, à cidadania e à justiça.

Referências

ALMEIDA, M. D. **A formação de professores no curso Pré-vestibular Comunitário Prof. Wellington Ricardo**. 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/10094>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ASSIS, J. M. **Pré-vestibular Comunitário Pompeia Santo Agostinho: história e significados na perspectiva dos precursores**. 2016. 94 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28057/28057.PDF>. Acesso em: 2 jun. 2022.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. Doi: 10.1590/0104-4060.47204. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2022.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FREITAS, C. P. **Construindo a identidade docente: narrativas dos professores de biologia de cursinhos populares**. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática) – Instituto de Física Gleb Wataghin, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1157855?guid=1666114902190&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1666114902190%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1157855%231157855&i=1>. Acesso em: 2 jun. 2022.

GOHN, M. G. **Educação não formal e cultura política**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, T. F. **Pré-Universitário Popular Alternativa: formação inicial para a docência entre a educação formal e não formal**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1542>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MARTINS, M. E. S. **O pré-vestibular popular Esperança Popular da Restinga: formação humana de estudantes universitários**. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/178682>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MENDES, M. T. **Inclusão ou emancipação?**: um estudo do Cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo. 2011. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/33673#:~:text=Resumo,de%20segrega%C3%A7%C3%A3o%20utilizados%20para%20tal>. Acesso em: 2 jun. 2022.

MOROSINI, M. C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Doi: 10.5902/1984644415822. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MOROSINI, M. C.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

PORTO ALEGRE (RS). Restinga/Extremo Sul. In: CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 8., 2019, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: CMS: SMS/POA, 2019. Disponível em: <https://prefeitura.poa.br/sms/8a-conferencia-municipal-de-saude/restinga-extremo-sul>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ROMÃO, J. E. Educador popular. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010. p. 1-11. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/259-1.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

SANTOS, C. M. **Prática de ensino em pré-vestibulares populares**: um estudo de caso do Pré-universitário SEED. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4681>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SIMÃO, F. P. **Pré-vestibulares populares em universidades públicas no estado de São Paulo**. 2020. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193496>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ZITKOSKI, J. J. **Horizontes da refundamentação em educação popular**. Frederico Westphalen: URI, 2000.

Submetido em 9 de agosto de 2022.

Aprovado em 9 de outubro de 2022.